

## Apresentação

O câncer de mama é o câncer mais frequente na população feminina. No mundo, as taxas de incidência e mortalidade vêm aumentando nas últimas décadas, à exceção dos países desenvolvidos, que apresentam taxas de mortalidade decrescentes e, em alguns deles, taxas de incidência estáveis.

No Brasil, é o câncer mais frequente na população feminina e também a principal causa de morte por câncer em mulheres. Por ano, são estimados 52.680 novos casos, conforme as estimativas de incidência de câncer do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), válidas para os anos 2012 e 2013. Em 2011, foram registrados 13.225 óbitos por câncer de mama em mulheres no país com taxas de mortalidade em crescimento no período 2000-2011.

De acordo com as evidências disponíveis, existem quatro estratégias básicas de controle do câncer de mama: prevenção, detecção precoce, diagnóstico e tratamento, e cuidados paliativos. Muito embora exista uma grande potencialidade da prevenção primária no controle do câncer de mama, as estratégias atuais ainda possuem limitado impacto. As estratégias de detecção precoce, diagnóstico e tratamento são as que apresentam maior potencialidade de reduzir a mortalidade do câncer de mama. Deve-se ressaltar o papel fundamental dos cuidados paliativos no enfrentamento dos transtornos físicos, emocionais, espirituais e sociais vivenciados por pacientes e familiares.

Políticas públicas de controle do câncer de mama vêm sendo implantadas no Brasil desde a década de 1980 e integradas sob a forma de um programa nacional com o lançamento do Programa “Viva Mulher” em 1998. Um das ações desse programa foi elaborar diretrizes para o controle do câncer de mama no país. A publicação do Documento de Consenso, em 2004, apontou estratégias de controle a serem adotadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para reduzir a mortalidade e as desigualdades regionais.

Em 2005, foi lançada a Política Nacional de Atenção Oncológica, em que as ações de controle do câncer de mama foram promovidas a componentes fundamentais dos planos estaduais e municipais de saúde. Nesse mesmo ano, foi elaborado o Plano de Ação para o Controle dos Cânceres do Colo do Útero e de Mama 2005-2007, que propôs seis diretrizes estratégicas: aumento de cobertura da população-alvo, garantia da qualidade, fortalecimento do sistema de informação, desenvolvimento de capacitações, estratégia de mobilização social e desenvolvimento de pesquisas.

A importância da detecção precoce foi destacada no Pacto pela Saúde em 2006, com a inclusão de indicadores de realização de mamografias na pactuação de metas com estados e municípios e o controle do câncer de mama como ação prioritária da agenda sanitária nacional. Em abril de 2009, o INCA promoveu o Encontro Internacional sobre Rastreamento do Câncer de Mama, no Rio de Janeiro, que reuniu representantes do Ministério e das secretarias estaduais de Saúde, do movimento organizado de mulheres e de instituições ligadas ao controle do câncer, com objetivo de conhecer a experiência de programas de detecção precoce bem-sucedidos da Europa, Canadá e Chile. O Encontro resultou, entre outros produtos, na recomendação dos especialistas internacionais para implantação de programa de rastreamento do câncer de mama levando em consideração as necessidades e prioridades sanitárias regionais.

A implantação do Sistema de Informação do Câncer de Mama (Sismama) em junho de 2009 e o desenvolvimento de um sistema com plataforma web (SISCAN) a partir de 2012, o aumento da oferta de mamografias pelo Ministério da Saúde (Mais Saúde 2008-2011), a implantação do Programa Nacional de Qualidade em Mamografia (PNQM) em 2012 e a publicação de diversas publicações técnicas, entre elas os Parâmetros Técnicos para o Rastreamento do Câncer de Mama em 2006 e 2010 e as Recomendações para a Redução da Mortalidade do Câncer de Mama no Brasil em 2010 e 2011, contribuem para a organização das ações de controle.

A priorização do controle do câncer de mama foi reafirmada em março de 2011, com o lançamento do plano nacional de fortalecimento da rede de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer pela presidente da República Dilma Rousseff. O plano prevê investimentos técnico e financeiro para a intensificação das ações de controle nos estados e municípios. No âmbito da detecção precoce, a perspectiva atual é a garantia de confirmação diagnóstica das lesões identificadas nas ações de detecção precoce; a implantação da gestão da qualidade nos serviços de mamografia; a ampliação dos sistemas de informação e vigilância do câncer de mama; a qualificação das equipes de atenção primária e a comunicação e a mobilização social. Também estão previstos no Plano a ampliação e qualificação da assistência oncológica e o fortalecimento da gestão dos programas de controle de câncer.

Uma rápida consulta nas bases de dados do Medline e Lilacs mostra um incremento na produção científica nacional sobre câncer de mama nos últimos anos. Muito embora esse dado deva ser comemorado, certamente ainda existe um enorme potencial de expansão da produção científica nacional relacionada ao câncer de mama, independente de serem pesquisas básicas, clínicas, epidemiológicas ou translacionais.

Num mundo de aceleradas mudanças, a informação, comunicação e educação em saúde precisam ser contextualizadas. Não é suficiente disponibilizar o conhecimento sem uma reflexão sobre o contexto dessa produção. O profissional de saúde do século XXI deverá possuir uma grande capacidade de comunicação aliada a uma visão sistêmica, analítica e transdisciplinar, para poder enfrentar os desafios do controle do câncer de mama em um mundo complexo.

Esta edição temática da Revista Brasileira de Cancerologia, dedicada a promover e disseminar a produção do conhecimento sobre o câncer de mama, representa mais uma contribuição dos diversos autores e do INCA para o controle do câncer de mama no país.



*Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva*